

Libertação do trabalho doméstico e emancipação das mulheres nos limites da sociedade capitalista

Rita de Cássia Pereira Farias*

Ludimila Nunes Mantovani**

RESUMO:

O artigo analisa a relação entre o trabalho doméstico de cuidado e o papel das mulheres negras na sociedade capitalista, a partir de uma perspectiva interseccional e crítica. Com base nos escritos de Angela Davis, Lélia Gonzalez, bell hooks¹ e Silvia Federici, discute-se como o cuidado tem sido historicamente racializado, feminilizado e desvalorizado. A temática é abordada sob as lentes do materialismo histórico-dialético, considerando as particularidades da sociedade capitalista, bem como o posicionamento periférico do Brasil dentro do capitalismo mundial. O texto aponta a importância da luta pela libertação das mulheres do trabalho doméstico e pela construção de uma política social que reconheça o valor social do trabalho doméstico de cuidado e enfrente as estruturas patriarcais e racistas que o sustentam.

Palavras-chave: trabalho doméstico; opressão às mulheres; lutas sociais.

* Mestrado em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8108-5370>
E-mail: rcfarias@ufv.br

** Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil. Professora adjunta do departamento de Serviço Social e do PPG Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6833-4205>
E-mail: ludimila.mantovani@ufv.br

Liberation of domestic work and emancipation of women within the limits of capitalist society

ABSTRACT:

This paper analyzes the relationship between domestic care work and the role of black women in capitalist society from an intersectional and critical perspective. Based on the writings of Angela Davis, Lélia Gonzalez, bell hooks and Silvia Federici, it discusses how care has historically been racialized, feminized and devalued. The theme is analyzed from the perspective of dialectical historical materialism, considering the particularities of capitalist society, as well as Brazil's position in dependent capitalism. It highlights the importance of the struggle for the liberation of women from domestic work and for a social policy that recognizes the social value of domestic care work and confronts the patriarchal and racist structures that sustain it.

Keywords: domestic work; oppression of women; social struggles.

Introdução

O trabalho doméstico, embora essencial para a reprodução da vida cotidiana, é invisibilizado e desvalorizado no Brasil. A ele estão historicamente vinculadas mulheres negras e pobres, que sustentam, com seus corpos e seu tempo, a base material e afetiva de uma sociedade profundamente desigual. A divisão sexual e racial do trabalho, herdada do colonialismo e da escravidão, estrutura o que autoras feministas e antirracistas denominam economia do cuidado — um campo no qual as tensões entre gênero, raça e classe se manifestam de forma aguda.

A socióloga e ativista Angela Davis (2016, p. 18) afirma que “a escravidão não apenas moldou a divisão do trabalho entre os sexos, mas também organizou essa divisão racialmente”. No Brasil, esse legado é visível no perfil racial das trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras, submetidas a condições precárias, baixos salários e ausência de direitos. Embora o trabalho doméstico tenha sido regulamentado, ainda é marcado por desigualdades estruturais.

Como parte das discussões feministas sobre o trabalho doméstico, surge o conceito de economia do cuidado, que se refere às atividades ligadas à reprodução da vida: cuidar de pessoas, cozinhar, limpar, acompanhar o crescimento de crianças, atender às necessidades dos idosos etc. Silvia Federici (2017, p. 18) argumenta que o capitalismo “transformou o trabalho reprodutivo em obrigação natural das mulheres, sem remuneração, sem reconhecimento”. Essa desvalorização do trabalho doméstico, longe de ser

uma obra do acaso ou mero ato de amor ou vocação, constitui um elemento estratégico para a acumulação capitalista. bell hooks (2019) critica a romantização do cuidado como algo inerente às mulheres. Segundo a autora, “o amor não pode florescer em ambientes de dominação” (hooks, 2019, p. 25). Quando o cuidado é exigido como obrigação, especialmente das mulheres negras, ele se torna mais um instrumento de opressão patriarcal e racista.

A intelectual brasileira Lélia Gonzalez (2020, p. 96) denuncia que a naturalização do trabalho doméstico pelas mulheres negras está enraizada numa lógica colonialista, que transforma o corpo da mulher negra em “mão de obra de uso doméstico”. Considera que é impossível separar o gênero da raça e da classe social quando se trata de compreender o papel das mulheres negras na estrutura do trabalho e da sociedade brasileira. A autora também propõe um movimento de libertação que parte das experiências concretas das mulheres negras, nas quais se cruzam cuidado, resistência e espiritualidade ancestral. Essa perspectiva ressoa nas proposições contemporâneas de criação de sistemas públicos de cuidado, defendidos por movimentos feministas na América Latina como forma de redistribuir socialmente o trabalho reprodutivo e romper com o ciclo de exploração das mulheres negras.

Pensar uma economia do cuidado libertadora significa problematizar radicalmente o modo como o trabalho é organizado e valorizado, reconhecendo o cuidado como trabalho, proporcionando a garantia de direitos plenos às trabalhadoras domésticas, superando a lógica que ancora o cuidado em desigualdades raciais e de gênero.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir dialeticamente a totalidade concreta em que se situa o trabalho doméstico, realizado de forma hegemônica pelas mulheres, de maneira gratuita — principalmente pelas mulheres negras. A discussão foi embasada nos referenciais do materialismo histórico-dialético, por sua potência explicativa em desvelar o fenômeno em estudo na concretude da totalidade capitalista, considerando o contexto permanente de crises protagonizadas por esse modo de produção. Nessa discussão, serão apresentados dados socioeconômicos da Oxfam (2020) e do IBGE (Nery; Britto, 2023), para mostrar o contexto da mulher brasileira em relação ao trabalho doméstico gratuito e suas contradições, destacando-se a situação da mulher negra nesse cenário.

Na construção do artigo, a discussão perpassa a contextualização da formação socio-histórica brasileira, destacando como o colonialismo se caracterizou e fez da superexploração da terra, dos povos indígenas e dos negros vindos da África um negócio rentável para os países dominadores. Posteriormente, será realizada uma discussão sobre

a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico, evidenciando sua crise histórica e permanente, provocada pelas contradições do capitalismo, estabelecendo plurais manifestações em relação à questão social. Por fim, serão discutidos os movimentos de mulheres no enfrentamento das desigualdades e na luta pelo fim do trabalho doméstico como algo exclusivo das mulheres — notadamente as negras e periféricas.

Formação socio histórica brasileira e a exploração do trabalho

O período colonial no Brasil (1500–1822) foi marcado pela diversificação econômica, pela exportação de matérias-primas para as economias centrais e pela disputa territorial com Espanha, Holanda e França. Conforme Fernandes (2019, p. 311), “Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora.” A estrutura social brasileira implantou-se com base no padrão ibérico de organização, no qual as condições societárias se fundam em um tipo legal de dominação colonial, caracterizado por uma exploração ilimitada de todos os aspectos da vida humana, voltada à satisfação dos interesses da Coroa e dos colonizadores.

Segundo Ianni (1989), a análise da formação social brasileira deve ser orientada pelo conceito de “desenvolvimento desigual e combinado”, que aponta para uma construção histórica composta por diversas temporalidades. Nesse sentido, o capitalismo e o escravismo delinearam os contornos da formação social do país, servindo de base para a consolidação de desigualdades sociais profundamente enraizadas e perpetuadas até os dias atuais.

Fernandes (2019) identificou quatro padrões de dominação presentes na América Latina — todos eles observáveis na história do Brasil: o colonialismo, entendido como o controle direto exercido pelas potências europeias; o neocolonialismo, desenvolvido com o declínio do colonialismo e voltado à exportação e ao comércio internacional; o imperialismo, caracterizado pela influência econômica, social e política após a Revolução Industrial; e o capitalismo monopolista, com a expansão de grandes empresas corporativas. Essas formas de dominação moldaram social, histórica e culturalmente a economia dos países dependentes, como o Brasil. Entre suas principais consequências estão a dependência econômica externa, a produção voltada à exportação, a transferência de excedente econômico para os países hegemônicos e uma estrutura obsoleta de importação/exportação.

Os reflexos da formação social e histórica brasileira são evidentes na exploração do trabalho, que configura a questão social, especialmente em sua expressão no trabalho doméstico. A questão social refere-se às múltiplas expressões das desigualdades produzidas pelas contradições do modo de produção capitalista. Como afirma Iamamoto (2015), ela é resultante da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, gerando pobreza, desemprego e precarização das relações de trabalho.

O trabalho doméstico é, portanto, uma expressão direta da questão social, pois representa uma forma de inserção subordinada das mulheres na divisão social do trabalho. Sua desvalorização sustenta a lógica de acumulação capitalista, na medida em que libera o tempo da classe trabalhadora masculina para a produção, ao custo da sobrecarga imposta às mulheres no espaço doméstico — muitas vezes sem remuneração, ou com vínculos frágeis e informais.

Discutir o trabalho doméstico como expressão da questão social é reconhecer que as desigualdades estruturais do capitalismo não se restringem ao espaço fabril ou mercantil. A opressão de gênero e de raça, articulada à divisão social do trabalho, configura o trabalho doméstico como um dos principais dispositivos de reprodução das desigualdades sociais.

Como a questão social está imbricada nas contradições entre capital e trabalho, a problematização do trabalho doméstico exige compreender sua gênese, destacando seus principais traços estruturados na formação socio-histórica brasileira e na relação de dependência com o capitalismo dos países centrais. Assim, a questão social será abordada em sua relação com o trabalho doméstico gratuito realizado por mulheres no âmbito dos lares. Discutir-se-á a importância da luta de classes e da luta feminista pelo fim do trabalho doméstico não remunerado como condição para a libertação das mulheres, a emancipação da classe trabalhadora e a superação da sociedade de classes.

Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico

No debate que envolve as lutas das mulheres, é fundamental uma abordagem sintética e crítica sobre o conceito de gênero. Para tanto, utilizam-se as elaborações teóricas de Heleieth Saffioti (2015), com base em suas pesquisas sobre a violência contra a mulher realizadas entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. A autora refere-se ao gênero como uma categoria histórica, que pressupõe uma hierarquia entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é considerado uma construção social do masculino e do feminino, em que o elemento dominante é o homem (Saffioti, 2015).

A autora aponta que o conceito de gênero abarca, de forma unificada, tanto o gênero quanto o sexo. Seu argumento está vinculado à ideia de que o gênero é perpassado por uma ideologia e se constitui como categoria ontológica. Nessa ideologia, o patriarcado é forjado como forma de encobrir a estrutura de poder que posiciona as mulheres de forma desvantajosa em relação aos homens, em todas as esferas da vida social. Tal perspectiva considera que o gênero independe do sexo biológico na formação do ser social. Nas palavras da autora: “[...] o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma que é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico” (Saffioti, 2015, p. 144). Nesse sentido, desenvolve a crítica à neutralidade do termo “gênero”, ao afirmar que: “Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, a-político e pretensamente neutro” (Saffioti, 2015).

Posteriormente, Judith Butler (2024, p. 191) aprofunda esse debate ao trazer a seguinte reflexão sobre identidade de gênero: “Identidade de gênero, em um sentido profundo, diz respeito a como alguém se encaixa no contexto marcado pelo gênero, na realidade vivida de seu próprio corpo no mundo.” Butler afirma que o gênero é uma forma de poder, que, em articulação com mecanismos de dominação como raça, classe, deficiência e as particularidades históricas dos sujeitos, instaura novos moldes de percepção da realidade. Assim, o conceito de gênero, longe de ser estático ou neutro, revela-se como uma construção política, relacional e histórica, implicada na reprodução e contestação de estruturas de poder.

O gênero afeta a forma como entendemos a profissão médica; a vocação da ciência; a economia, especialmente a delimitação dos domínios público e privado, a organização do trabalho, a distribuição da pobreza, e as desigualdades estruturais; e as modalidades de violência e de guerra (Butler, 2024, p. 193).

Na discussão sobre gênero, trabalho e identidade, é fundamental problematizar o trabalho doméstico, responsável por reproduzir a força de trabalho (dar à luz e criar os filhos), cuidar de familiares dependentes ou não, e manter os lares limpos e organizados. Esse trabalho é, na maioria das vezes, gratuito e realizado por mulheres — sobretudo por mulheres negras.

Em 2020, o tema do trabalho doméstico gratuito ganhou destaque no Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça. Na ocasião, a Oxfam apresentou o documento intitulado Tempo de Cuidar, que trouxe à tona o tema do cuidado informal, destacando que esse não se restringe aos idosos, mas abrange milhões de pessoas que necessitam de cuidado e que, sem o suporte das mulheres, não conseguiriam sobreviver. O relatório enfatiza a dimensão cultural da exploração do trabalho feminino não

pago e revela que, em 2019, os 2.153 bilionários mais ricos do mundo detinham mais riqueza do que 60% da população global (Oxfam, 2020). Esse dado evidencia o contraste entre os discursos de “sustentabilidade” e de um “capitalismo mais justo” e a realidade de extrema concentração de riqueza e poder — muitas vezes promovida pelos próprios presentes em Davos.

Além disso, mulheres e meninas em todo o mundo dedicam, diariamente, 12,5 bilhões de horas ao trabalho de cuidado não remunerado, contribuindo com aproximadamente US\$ 10,8 trilhões por ano para a economia global. A organização alerta que, se o cuidado continuar sendo naturalizado como uma obrigação feminina, as mulheres seguirão sendo expulsas ou impedidas de acessar o mercado de trabalho em condições de igualdade (Oxfam, 2020).

Segundo o Nery e Britto (2023) da Agência de notícias do IBGE, a população brasileira dedica, em média, 17 horas semanais aos afazeres domésticos, sendo que as mulheres se ocupam dessas tarefas por 21,3 horas semanais, enquanto os homens, por apenas 11,7 horas. Esse retrato desigual do trabalho doméstico no Brasil impõe sérios reflexos na vida das mulheres — especialmente das mulheres negras, que ocupam mais de 60% das vagas no trabalho doméstico formal. Este é apenas um entre os muitos marcadores de opressão que atravessam seus cotidianos.

Nesse sentido, o presente artigo problematiza o trabalho doméstico realizado de forma gratuita e atribuído, de maneira desproporcional, às mulheres, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho e gera uma “crise do cuidado” sem precedentes. Essa crise revela-se como uma das expressões da dependência estrutural do capitalismo em relação ao trabalho de reprodução social (Fraser, 2023).

A chamada crise do cuidado configura-se, portanto, como uma das expressões contemporâneas da questão social, ressaltando a importância da luta feminista — especialmente do feminismo negro — pela socialização do trabalho doméstico no Brasil entre Estado, instituições e comunidade; e/ou pela sua remuneração; e/ou pela superação da divisão sexual do trabalho, que ainda centraliza esse ônus nas mulheres.

No contexto de mundialização do capital, a questão social assume novos e intensos contornos, sendo a crise do cuidado uma de suas faces mais visíveis. O termo *care crisis* (crise do cuidado, em inglês) é relativamente recente: surgiu entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, no contexto dos estudos feministas, da sociologia e da economia política — sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. O conceito surge como resposta à intensificação das contradições entre o aumento da demanda por cuidado (devido ao envelhecimento populacional, às transformações nas estruturas familiares

e à maior inserção das mulheres no mercado de trabalho) e a insuficiência de políticas públicas, somada à divisão desigual do trabalho de cuidado entre os gêneros e entre as classes sociais.

Embora não exista um único autor reconhecido como criador do termo, ele foi amplamente desenvolvido por feministas, entre elas Nancy Fraser. Nos anos 2000, Fraser passou a utilizar expressões como “crise da reprodução social” e “crise do cuidado” para descrever como o capitalismo neoliberal desestruturou os sistemas públicos e familiares de cuidado, evidenciando a falta de tempo, o desequilíbrio entre família e trabalho, e o esgotamento das cuidadoras. O trabalho de reprodução social, embora essencial, continua sendo atribuído majoritariamente às mulheres, ainda que os homens também participem, de forma minoritária, dessa dinâmica.

A problemática central reside no fato de que esse trabalho doméstico, mesmo sendo indispensável para a existência humana e para o funcionamento do sistema capitalista, não é remunerado — o que gera múltiplos processos de exploração, violência e violação de direitos. Compreende-se que nenhuma sociedade pode sobreviver sem o cuidado, mas mesmo assim se presencia a ruína dos sistemas de reprodução, cuja crise se origina no próprio processo de produção capitalista. Essa é, segundo Fraser (2023), a força motriz de uma grave crise na reprodução social.

A autora argumenta que a crise do cuidado está inserida nas contradições socio-reprodutivas do capitalismo financeirizado, cujas raízes estruturais são mantidas nas relações sociais que organizam a sociedade capitalista. Essa crise engendra novas expressões da questão social na contemporaneidade, manifestadas na banalização da vida humana diante da fetichização do dinheiro e da mercantilização das relações sociais.

A crise do cuidado expressa o desequilíbrio crescente entre a necessidade de cuidados (voltados a crianças, idosos, pessoas com deficiência ou em condição de adoecimento) e a escassez de pessoas, tempo e recursos para realizá-los de forma adequada, digna e sustentável. Além da estrutura desigual do capitalismo baseada em construções de gênero, outros fatores contribuem para a intensificação da crise, tais como: mudanças demográficas, envelhecimento populacional e aumento da expectativa de vida, queda na taxa de natalidade, transformações no mundo do trabalho, inserção massiva das mulheres no mercado laboral sem redistribuição justa das responsabilidades domésticas, precarização das relações de trabalho com jornadas extensas, além da redução de investimentos em políticas públicas — especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social —, muitas vezes substituídas por iniciativas de privatização ou terceirização dos serviços de cuidado.

Essa crise também revela desigualdades interseccionais, pois são, sobretudo, as mulheres negras e de baixa renda que assumem a sobrecarga do cuidado — quase sempre sem reconhecimento ou remuneração. Há, inclusive, uma transferência do cuidado informal entre mulheres: por exemplo, uma mulher de classe média contrata outra, geralmente negra e pobre, para cuidar de seus filhos ou idosos.

As consequências sociais dessa crise são severas: sobrecarga física e emocional das mulheres, agravamento das desigualdades de gênero, raça e classe, escassez de tempo livre e de bem-estar, esgotamento físico e psíquico das cuidadoras e abandono ou negligência das pessoas que necessitam de cuidados.

Entre os mecanismos de enfrentamento da crise do cuidado, destacam-se: o investimento em políticas públicas de cuidado (como creches, escolas de tempo integral, serviços de atenção domiciliar e centros de convivência para idosos), o reconhecimento do cuidado como trabalho (com valorização e remuneração justa), a redistribuição das tarefas de cuidado entre Estado, mercado, família e comunidade, além da promoção de uma educação para a igualdade de gênero e pela corresponsabilização entre homens e mulheres.

Muito antes das discussões contemporâneas sobre a centralidade do cuidado para a manutenção da vida, a teoria marxista já apontava a dupla opressão vivida pelas mulheres: uma atrelada ao trabalho doméstico e outra, ao trabalho assalariado. Mesmo com mudanças significativas na sociedade e na legislação social, as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico — que acumulam com o emprego formal, gerando um ciclo exaustivo de sobrevivência. A lógica da acumulação capitalista e da mais-valia depende do trabalho reprodutivo não pago, gerando processos de adoecimento físico, mental e social nas vidas das mulheres.

Nesse sentido, o trabalho de cuidar, realizado majoritariamente por mulheres, sobrevive na lógica contraditória do sistema capitalista e pode ser compreendido como uma das expressões contemporâneas da questão social no Brasil.

O trabalho doméstico tem, na realidade, um papel altamente contraditório na reprodução social capitalista. Por um lado, constitui uma condição essencial para o capitalismo. Para que a produção capitalista ocorra, ela deve ter a força de trabalho, e para que a força de trabalho esteja disponível, o trabalho doméstico deve ser realizado. Por outro lado, o trabalhador doméstico atrapalha o impulso capitalista por lucro, pois também limita a disponibilidade de força de trabalho (Vogel, 2022, p. 357).

A invisibilidade e a desvalorização do trabalho doméstico agravam e diversificam as desigualdades sociais, reverberando “[...] nas lutas operárias, nas reivindicações do

movimento negro, nas lutas pela terra, pela liberdade sindical e pelo direito de greve” (Iamamoto, 2015, p. 141). Nesse sentido, é urgente a construção de uma luta coletiva que vise à efetiva reorganização do cuidado, com a participação ativa da população.

Nesta perspectiva, compreende-se a “[...] classe trabalhadora (particularmente a operária) como sujeito por excelência, potencialmente revolucionário, que pode e precisa se articular à pluralidade de setores e grupos sociais de alguma forma oprimidos, subalternizados, discriminados” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 130). As mulheres constituem um desses grupos sociais que lutam pela emancipação política, compreendida sob a lógica marxiana enquanto exercício pleno da cidadania.

Os movimentos de mulheres e a luta pelo fim do trabalho doméstico gratuito

A luta de classes é um dos principais fundamentos do marxismo, com relevância expressa nas principais obras de Marx e Engels. O Manifesto do Partido Comunista inicia-se com a célebre frase: “A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2002, p. 45). Esses autores afirmam: “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente”. Em outras palavras, a subjetividade humana está historicamente condicionada pelas determinações objetivas da luta de classes.

As lutas sociais, por sua vez, embora conectadas à luta de classes, apresentam especificidades, pois referem-se às pautas reivindicadas pelos movimentos sociais em busca de transformações nas estruturas sociais, econômicas e políticas — como, por exemplo, a luta pela igualdade de gênero. No entanto, tanto as lutas sociais quanto a luta de classes só se efetivam por meio da consciência de classe. Lukács (2018) destaca que, diante da crise estrutural do capitalismo, o destino da humanidade dependerá da consciência de classe do proletariado, condição necessária para a revolução e a superação da sociedade de classes: “Para o proletariado, sua ideologia não é uma bandeira de luta, nem um pretexto para as próprias finalidades, mas é a finalidade e a arma por excelência” (Lukács, 2018, p. 174). A consciência de classe, voltada ao olhar crítico sobre a realidade, é, portanto, indissociável da luta de classes. Assim sendo, a luta de classes é a “[...] condição para uma luta revolucionária, que vá para além da mera reivindicação pontual [...] dentro da ordem” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 111).

Neste texto, a socialização do trabalho doméstico e/ou sua remuneração, e a consequente libertação das mulheres, é apresentada como uma emergência no campo das lu-

tas sociais feministas — em especial no feminismo negro, nos movimentos antirracistas, nas pautas pela igualdade de direitos, de gênero e pelos direitos sexuais e reprodutivos. A mulher, enquanto categoria social e histórica, deve ser protagonista na formulação dos contornos dessas lutas emancipatórias, compreendidas como parte de um processo sociopolítico de enfrentamento às contradições do capitalismo contemporâneo.

Conforme argumentam Cisne e Santos (2021), tais lutas confrontam diretamente o sistema patriarcal-racista-capitalista, que estrutura e perpetua as desigualdades sociais. Essa dinâmica é funcional à produção e à reprodução do capital, visto que tanto o patriarcado quanto o racismo operam como fundamentos da intensificação da exploração da força de trabalho. Tal exploração sustenta as condições materiais que possibilitam a manutenção da desigualdade de classe, gênero e raça: “um fator fundamental para a perpetuação das condições reais de exploração e das diversas formas de opressão” (Cisne; Santos, 2021).

As temáticas feministas, portanto, atravessam a concretude da vida dos sujeitos singulares e coletivos, isto é, de “[...] grupos, instituições, partidos políticos e movimentos sociais, principalmente feministas antirracistas e LGBT, relacionados, dentre outras questões, à sexualidade, à afetividade, a viver sob os ditames do patriarcado, da misoginia, do racismo e da LGBTfobia” (Cisne; Santos, 2021, p. 29). O patriarcado, por sua vez, se atualiza e assume novas formas dentro das relações sociais capitalistas. Assim, os avanços conquistados pelas lutas sociais são constantemente confrontados pela renovação ideológica do patriarcado e pela reprodução de práticas opressoras.

Diante disso, as lutas sociais voltadas à garantia de direitos das mulheres devem se posicionar frontalmente contra o trabalho doméstico gratuito, com o objetivo de dismantelar as estruturas patriarcais e racistas que sustentam a divisão sexual do trabalho e perpetuam a opressão de gênero e raça. As lutas aqui abordadas são aquelas que emergem do campo dos direitos das mulheres, perpassando tanto o feminismo hegemônico quanto o feminismo negro. Acredita-se que é por meio desses movimentos que se pode iniciar o processo de superação das formas históricas de opressão às mulheres, particularmente as negras e periféricas, submetidas à sobrecarga do cuidado não remunerado.

Entendemos que os sujeitos históricos se articulam, dialética e historicamente, em torno de suas demandas concretas. Neste texto, a demanda em foco é a libertação das mulheres do trabalho doméstico gratuito. Essa luta, no Brasil, ainda é incipiente, e as experiências mais avançadas nesse sentido vêm dos países escandinavos, do Canadá e dos Estados Unidos.

Ribeiro (2018) destaca a importância do pensamento de Simone de Beauvoir, cuja máxima “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” aponta para a distinção fundamental entre sexo e gênero, ao afirmar que não se pode atribuir às mulheres comportamentos ou valores baseados em uma pretensa essência biológica. Judith Butler, conforme citada por Ribeiro (2018), aprofunda essa crítica ao modelo binário e naturalizado de gênero, tornando-se um marco teórico da terceira onda do feminismo. Segundo a autora, o gênero deve ser compreendido como construção performativa, imbricada nas relações de poder, e não como um dado biológico ou fixo.

Ribeiro (2018) conclui que a universalidade da categoria “mulheres” precisa ser desconstituída para que o feminismo não exclua as experiências de diversas mulheres que não se encaixam em um modelo homogêneo — o que, por sua vez, pode acentuar as estruturas de dominação e poder que o próprio feminismo se propõe a combater.

O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmissoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários (Ribeiro, 2018, p. 47).

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), o movimento feminista, desde sua concepção, abarca lutas para o enfrentamento dos elementos estruturantes do patriarcado capitalista como a propriedade privada, além de manter um posicionamento contrário aos alicerces ideológicos e normativos do Estado, da família e da igreja na instituição e reprodução de valores, preconceitos e comportamentos de viés biologicista entre os sexos. É relevante dizer que a expansão da indústria e das comunicações impulsionou a inserção feminina nos espaços públicos, antes monopolizados pelos homens. Este processo foi marcado pela integração das mulheres na força de trabalho industrial e pela sua participação em espaços políticos. Essa nova dinâmica propiciou questionamentos e críticas acerca dos papéis sociais de gênero, impulsionando a luta por direitos trabalhistas.

O movimento feminista é caracterizado pela amplitude e desdobramentos de suas lutas que compreende formas de opressão, desigualdades e discriminação, com o objetivo de alcançar liberdade, igualdade e autonomia. No entanto, os primeiros movimentos não abarcavam as mulheres negras já que estas só adentraram no movimento feminista a partir de 1985.

O feminismo negro nos EUA surgiu em um contexto de intolerância, preconceito e embates com os sistemas de poder, principalmente na academia. A ativista negra e es-

critora estadunidense bell hooks é uma das intelectuais mais importantes da atualidade com seus estudos singulares sobre raça, classe e gênero. Seu trabalho atravessa temas como feminismo negro, interseccionalidade, educação crítica, racismo, gênero, classe social e amor como prática política. A autora denunciava como o feminismo branco ignorava as experiências de mulheres negras e pobres e defendia uma perspectiva feminista que integrasse raça, gênero e classe. Descrevia o sistema de opressão como “supremacia do patriarcado capitalista imperialista branco”. Chamava atenção para a masculinidade tóxica e os efeitos do patriarcado sobre os próprios homens. Inspirada por Paulo Freire, acreditava na educação crítica e engajada, que rompesse com hierarquias e estimulasse a transformação social. Na década de 1960, o movimento feminista dos EUA era constituído de mulheres brancas que escreviam artigos sobre a mulher negra, romantizando suas condições de vida, reforçando que ela era forte o suficiente para aguentar as opressões que as atravessavam². hooks (2019) criticou veemente este pressuposto conforme a seguir:

Quando feministas reconhecem coletivamente que mulheres negras são vitimadas e, ao mesmo tempo, enfatizam a força delas, deixam implícito que, apesar de mulheres negras serem oprimidas, elas conseguem contornar o impacto prejudicial da opressão ao serem fortes – e isso simplesmente não é o caso. Em geral, quando pessoas falam sobre a “força” de mulheres negras, referem-se à maneira como percebem que mulheres negras lidam com a opressão. Ignoram a realidade de que ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la, que resistência não deve ser confundida com transformação (hooks, 2019, p. 20).

No Brasil, inicialmente as mulheres se organizaram de maneira informal e sem representação institucional. A primeira onda do feminismo no Brasil se deu no início do século XIX em torno da luta pelo voto e pela vida pública. A segunda onda só se deu na década de 1970 pelo reconhecimento do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, lutando ainda pelo combate à ditadura e pela anistia. A terceira onda teve início nos anos 1990, desconstruindo as teorias feministas que pensam a categoria gênero pelo binário masculino e feminino. Teve forte influência de Judith Butler³ que questionava os antigos paradigmas, demonstrando que o discurso da universalidade é excludente pois as mulheres são oprimidas de formas diferentes umas das outras, e por isso é necessário discutir o gênero e seus atravessamentos com a raça e com a classe, considerando as especificidades sociais e históricas de cada uma.

Djamila Ribeiro, escritora e feminista brasileira, é uma filósofa de grande importância na luta contra o racismo no Brasil. Suas discussões e apontamentos são indispen-

sáveis em qualquer temática que dê visibilidade às mulheres negras. A autora concebe que o feminismo negro não é só questão de identidade, mas sim questão de projeto democrático. Seus relatos sobre sua infância e juventude são impactantes, pois, “Por mais que tirasse boas notas, fosse saudável e inteligente, uma sensação de inadequação me perseguia” (Ribeiro, 2018, p. 4).

Ribeiro (2018) menciona que o feminismo negro no Brasil ganhou força entre 1960 e 1980 por influência do grupo Black Feminist⁴ dos EUA, e também porque feministas negras passaram a tratar do assunto em seus escritos, fomentando a edificação de uma literatura feminista negra, quando a realidade da mulher negra era de uma imensa disparidade em relação à mulher branca: “Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas” (Ribeiro, 2018, p. 53).

O feminismo negro apresentou-se no Brasil de forma mais robusta na década de 1980. A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabeleceu a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga em 1985. O encontro marcou o início da organização coletiva de mulheres negras, buscando visibilidade política no movimento (Ribeiro, 2018, p. 53). É nesta época que surgiram os primeiros grupos de mulheres negras com a realização de encontros estaduais e nacionais.

Ribeiro (2018) aponta que os movimentos de mulheres brancas não reconheciam que, apesar de todas serem mulheres, as negras compreendiam singularidades que acabavam por afastar suas lutas. Menciona que as feministas brancas trataram a questão racial com despeito e disputa, não reconhecendo suas particularidades, o que levava o movimento feminista negro reproduzindo as arcaicas lógicas de opressão, o que o impedia de avançar.

Ribeiro (2018) observa ainda que a literatura feminista do Brasil não menciona o feminismo negro. Diante dessa constatação, ela indaga: para que serve esse feminismo se ele não representa a pluralidade de mulheres e não considera a universalidade de suas necessidades? A autora aponta que no Brasil existem muitas escritoras feministas⁵ que contribuem para romper com essa realidade demonstrando que a categoria mulher não é homogênea, ao contrário, sua totalidade incorpora uma combinação de raça, classe social e outros marcadores de opressão.

O avanço do feminismo negro no Brasil é fundamental, já que o país possui a maior população negra das Américas de acordo com Lélia Gonzales (1984)⁶, devido à sua base escravocrata. Em vista disso, em seu ensaio Racismo e sexismo na cultura brasileira, a autora nomeia o Brasil como América Africana. A autora defende a necessidade de

interpretar o duplo fenômeno do racismo e do sexismo, entendido como uma neurose cultural brasileira. A contribuição de Gonzalez é vasta e de vanguarda, uma vez que desvenda que a intersecção entre racismo e sexismo produz efeitos devastadores para as mulheres negras. Gonzalez (1984) observa que, no Brasil, o racismo é naturalizado e também é amplamente difundida a ideia de que o negro tem que viver na miséria porque é irresponsável, intelectualmente incapaz e preguiçoso e por isso é normal que ele seja alvo da força policial.

De acordo com Ribeiro (2018), é urgente a luta feminista das mulheres negras no sentido de criticar a dominação racista, classista e sexista seja criticada e superada, promover uma nova ordem hegemônica. A autora assinala que as mulheres negras podem protagonizar a criação de uma teoria feminista que ofereça uma contribuição rica e singular. Além disso sugere que o feminismo negro é de suma importância para o debate político sobre o tema.

Pensar como as opressões se combinam e se entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se considerar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico e crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos (Ribeiro, 2018, p. 125).

Na contemporaneidade, o movimento feminista no Brasil é atravessado por múltiplas lutas por direitos, tais como: igualdade de gênero, direito ao sufrágio, acesso à educação, inserção das mulheres na política, direito ao divórcio e combate à violência de gênero. A essas pautas somam-se, de forma cada vez mais evidente, as reivindicações do feminismo negro. Apesar de existirem diferenças teóricas, políticas e estratégicas entre o feminismo hegemônico e o feminismo negro, observa-se uma crescente convergência em torno de bandeiras históricas ainda não plenamente conquistadas, como a legalização do aborto, a equiparação salarial, os direitos da população LGBTQIA+, o combate ao assédio sexual e o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher — pautas comuns a diferentes vertentes feministas.

Além disso, as obras de importantes intelectuais do feminismo e do feminismo negro têm ultrapassado os limites da academia e conquistado espaços nos debates públicos, contribuindo para a democratização das discussões sobre gênero, raça e classe. O feminismo negro, nesse sentido, amplia e tensiona os horizontes do feminismo, ao afirmar que um discurso verdadeiramente feminista não pode estar alicerçado na branquitude. Reproduzir o machismo e o racismo, mesmo sob a bandeira feminista, é manter

intactas as estruturas de dominação. Como afirma Marques (2022), é necessário dizer com todas as letras que os feminismos que não realizam o recorte racial tendem a ser racistas e classistas, o que exige o fortalecimento da luta das mulheres negras e a construção de políticas, práticas e teorias que contemplem suas especificidades.

A escolha, neste artigo, por abordar o feminismo em diálogo com o feminismo negro parte da hipótese de que a libertação das mulheres do trabalho doméstico gratuito — sobretudo das mulheres negras — demanda uma luta coletiva, urgente e anticapitalista, que dê continuidade às reivindicações por direitos de todas as mulheres. Essa luta, no entanto, não pode ser conduzida de forma homogênea ou estratificada dentro do próprio movimento. O trabalho doméstico gratuito é uma realidade que afeta amplamente as mulheres, mas é preciso reconhecer que ele incide de forma desigual sobre aquelas que estão na interseção entre raça, classe e gênero.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer as especificidades das mulheres negras e estimular sua autonomia discursiva, visando o romper os silêncios que historicamente lhes foram impostos. Afinal, falar, resistir e organizar-se coletivamente são atos políticos imprescindíveis para a transformação das estruturas de opressão.

Portanto, a luta pela libertação das mulheres do trabalho doméstico gratuito, bem como pela sua remuneração ou socialização, é uma pauta que busca corrigir uma injustiça histórica, estrutural e sistematicamente violenta. Essa injustiça está ancorada em mecanismos interligados de dominação: patriarcado, racismo, sexismo, ideologia da propriedade privada e divisão social do trabalho. Embora todas as mulheres estejam aprisionadas a essa lógica de subordinação, a mulher negra ocupa o centro dessa engrenagem, uma vez que, no Brasil, realiza mais da metade de todo o trabalho doméstico não remunerado e constitui a maior parcela da força de trabalho do setor doméstico remunerado — quase sempre com baixos salários e precárias condições de trabalho.

Essa realidade é denunciada por Lélia Gonzalez (1984, p. 226)., ao afirmar: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”. A naturalização dessa condição social demonstra o quanto as opressões de raça, gênero e classe permanecem operando na base da organização do trabalho e da sociedade brasileira. A superação dessa lógica exige o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, a valorização das experiências das mulheres negras e o fortalecimento de um feminismo antirraista e popular, enraizado nas lutas concretas do cotidiano.

Considerações finais

O complexo que abarca o trabalho doméstico gratuito e a exploração de gênero e de classe, como uma moderna forma de servidão, tem no sistema patriarcal-racista-capitalista seu principal alicerce (Cisne; Santos, 2021). Neste sentido, que o movimento feminista e o feminismo negro são organismos fundamentais na luta contra a opressão provocada pelo trabalho doméstico considerado eminentemente feminino, demonstrando que não é possível que a mulher acumule trabalho assalariado e trabalho doméstico sem perder sua saúde física e mental.

Na atualidade, a pauta pelo fim da escala de trabalho 6x1⁷ é uma ótima oportunidade para evidenciar a particularidade feminina, a ser interpretada de outra maneira e, portanto, alvo de uma escala diferenciada que abarque todas as responsabilidades, o lazer e os autocuidados.

Marx afirmou que a libertação da mulher do trabalho doméstico é condição para a emancipação humana (Marx, 2004). Nesta mesma via, Lênin (1979) apontou a importância de lutar pela liberdade da mulher, enquanto condição para a vitória do comunismo:

Fazer a mulher participar do trabalho produtivo social, libertando-a da “escravidão doméstica”, libertando-a do jugo bruto e humilhante, eterno e exclusivo, da cozinha e do quarto dos filhos, eis a *tarefa principal*. Esta luta será longa. Exige uma transformação radical da técnica e dos costumes. Mas levará finalmente à vitória completa do comunismo (Lênin, 1979, p. 105).

Conforme Djamilia Ribeiro (2018), o principal objetivo do feminismo é a construção de uma sociedade sem hierarquia de gênero, que concede privilégios e reforça opressões. As feministas negras indicam que uma forma de promover uma luta anticapitalista, antiracista e antissexista é pensar interseccionalmente, conforme ensina Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras [...].

Nesse sentido, a libertação do trabalho doméstico enquanto atividade gratuita deve ser compreendida como uma luta de todas e todos. Ainda que se reconheça que tal ruptura, por si só, não seja capaz de promover uma transformação estrutural na ordem social vigente, sua defesa permanece urgente e necessária. Trata-se de uma reivindicação que deve estar articulada à perspectiva revolucionária delineada por Marx e Engels,

que propõe a superação das relações sociais capitalistas como condição para a emancipação humana. Concordamos, portanto, que a emancipação das mulheres está indissociavelmente vinculada à luta contra o capitalismo e à construção de uma sociedade sem classes, orientada pelos princípios da igualdade, da liberdade e da solidariedade (Cisne; Santos, 2021). Afinal, a libertação da mulher não é uma luta isolada, mas constitui parte essencial da luta pela emancipação da classe trabalhadora, tendo como especificidade a necessidade de libertação do trabalho doméstico compulsório (Marx, 2004).

A sociedade brasileira é o resultado de uma formação sócio histórica marcada por um padrão de dominação e exploração profundamente enraizado em experiências históricas de escravidão, colonialismo, patriarcado e subordinação aos países centrais. O capitalismo brasileiro, de caráter dependente, conserva traços arcaicos e conservadores, o que impede transformações estruturais profundas. Assim, consolidou-se um modelo de capitalismo moderno com base retrógrada, onde a reprodução de desigualdades estruturais mantém sua centralidade.

A ordem monopólica, por sua própria dinâmica contraditória, gera e perpetua os conflitos que estão na base das expressões da questão social. Tais expressões demandam intervenção contínua do Estado, que, no contexto do capitalismo dependente, atua de maneira limitada, muitas vezes apenas como mediador das contradições sociais. Como aponta Netto (2011), a política social não é fruto da benevolência estatal, mas sim resultado direto da luta de classes. A sua implementação expressa disputas e correlações de força entre os interesses do capital e da classe trabalhadora.

Dessa forma, a luta pela libertação das mulheres do trabalho doméstico gratuito deve estar no centro das disputas por políticas sociais comprometidas com a equidade de gênero, a democratização do cuidado e a garantia dos direitos humanos. Entendemos que o Estado deve adotar ações intersetoriais e integradas, formuladas a partir da compreensão da totalidade social e de suas contradições, enfrentando a naturalização do trabalho doméstico feminino gratuito. É necessário fomentar políticas públicas que valorizem o cuidado como um trabalho socialmente relevante, além de reconhecer a centralidade da participação popular na construção de um projeto emancipatório. Trata-se, portanto, de inserir essa pauta em um movimento mais amplo de transformação social, voltado à superação da lógica capitalista e patriarcal vigente, em direção à emancipação das mulheres e da classe trabalhadora como um todo.

Referências

- BUTLER, J. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 1, p. 310-324, 2019.
- FRASER, N. Crise do Cuidado? Sobre as contradições sócio reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, T. *Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.
- GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, 1984. p. 223-244. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- HOOKS, b. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCAO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp: Brasiliense, 1989.
- LÊNIN, V. A mulher hoje. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979. (Coleção bases, n. 17).
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARQUES, Brenda. A importância do Feminismo Negro para o movimento feminista brasileiro. *Portal Geledés*, 7 mar. 2022. Disponível em: <http://surl.li/rhilfe>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARX, K. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista: texto integral*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. (Coleção obra-prima de cada autor).

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NERY, C.; BRITTO, V. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 11 ago. 2023. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2024.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 8ª edição, 2011.

OXFAM. *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. São Paulo: OXFAM, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/download/12180/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão popular, 2015.

VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Notas

- 1 bell hooks (com letras minúsculas) refere-se ao pseudônimo de Gloria Jean Watkins, uma influente intelectual feminista e ativista social americanas do século XX e início do XXI, falecida em dezembro de 2021. A escritora adotou o pseudônimo “bell hooks” em homenagem à sua bisavó, Bell Blair Hooks, e usava letras minúsculas para descentralizar a figura do autor e valorizar o conteúdo do discurso.
- 2 Este contexto pode ser encontrado na vida das mães de crianças atípicas devido à sua necessidade de aguentar uma carga física e mental sem o suporte de uma rede de apoio.
- 3 Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista de origem estadunidense, tendo composto umas das principais teorias contemporâneas do feminismo e teoria queer.
- 4 A partir do movimento Black Feminist surgiu o conceito de interseccionalidade que trata das interseções e entrecruzamentos dos vários sistemas de opressão ou eixos de poder como gênero, raça e classe dentre outros. O termo foi inaugurado em 1989 por Kimberlé Crenshaw que analisou os sistemas de subordinação tentando apreender as consequências estruturais da interação entre dois ou mais desses sistemas.
- 5 Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Núbia Moreira, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Luiza Bairros Cristiano Rodrigues.

- 6 Lélia Gonzales foi uma das fundadoras do feminismo negro do Brasil
- 7 A lógica da escala 6x1 (seis dias de trabalho para apenas um de descanso) é manter a produtividade máxima ao custo do tempo de vida. Essa organização da jornada representa uma **forma institucionalizada de esgotamento físico, mental e emocional da classe trabalhadora**, especialmente dos setores mais precarizados. Um trabalhador que dispõe de apenas 24 horas de folga após seis dias consecutivos de atividades (muitas vezes repetitivas, pesadas e mal remuneradas) não vive, apenas sobrevive. Seu tempo livre é consumido por tarefas domésticas, deslocamentos, cuidados com filhos ou familiares, e raramente há espaço para lazer, cultura, educação ou simplesmente silêncio. A crítica à escala 6x1 considera as desigualdades de gênero e raça, pois, as mulheres, sobretudo as negras, vivem a sobrecarga da chamada “dupla jornada”: trabalham fora de casa e, ao voltar, assumem o cuidado com a casa, os filhos, os idosos. Na prática, para elas, a folga semanal não significa descanso, mas apenas a troca de uma tarefa por outra — igualmente extenuante e invisível.

Recebido em: 03 de julho de 2025

Aprovado em: 08 de setembro de 2025